

**ACORDO DE COOPERAÇÃO  
Nº 01/2018 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO  
AMAPÁ E O FUNDO  
BRASILEIRO PARA  
BIODIVERSIDADE - FUNBIO,  
PARA IMPLEMENTAR O  
PROGRAMA ÁREAS  
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA,  
COM A INTERVENIÊNCIA DA  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO MINISTÉRIO DO MEIO  
AMBIENTE.**

O ESTADO DO AMAPÁ, por intermédio da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente**, endereço: avenida Mendonça Furtado, 53 – Centro CEP 68900-060, Macapá-AP, inscrito no CNPJ/MF 00.394.577.0001/25, neste ato representado por seu Secretário, **BERNARDINO NOGUEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 019.954, expedida pela SSP/AP inscrito no CPF sob o nº 302.212.502-04, residente no endereço: avenida: Ruy Barbosa, 3013, Bairro Paraíso, CEP: 68.928-018, Santana/AP, nomeado através do Decreto Nº, 4649 de 29 de novembro de 2017 doravante denominado **ESTADO**, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, associação civil sem fins lucrativos, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, inscrito no CNPJ sob o nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, CEP 22.270-014, na cidade do Rio de Janeiro, neste ato representado por sua Secretária-Geral, **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da Cédula de Identidade nº M 750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 317.697.566-04, doravante denominado **FUNBIO**, com a interveniência da **UNIÃO**, neste ato representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 13.502, de 2017 e do Decreto nº 8.975, de 2017, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, neste ato representado pelo Secretário de Biodiversidade, **JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Cédula de Identidade nº 3307407 - SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 202.212.368-53, nomeado pela Portaria 1.147 de 17/06/2016, publicado no Diário Oficial da União de 17/06/2016, doravante denominado **MMA**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei 13.204/2015, bem como pelo Decreto 8.726/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo tem por objeto estabelecer a cooperação entre o **ESTADO DO AMAPÁ** e o **FUNBIO**, na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - **ARPA**, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo **Programa ARPA**, no bioma Amazônia,



22

*[Handwritten signature]*



observando o conjunto de documentos oficiais do Programa, a legislação federal, notadamente a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e a legislação estadual pertinente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEFINIÇÕES**

(1) **Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA** é um programa previsto para ser executado em três (03) fases, com a finalidade de expandir e consolidar um sistema de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

(2) **Comitê do Programa - CP** é a instância de direção do **Programa ARPA**, tendo sua composição disposta em decreto. O CP é responsável por deliberar sobre, analisar e aprovar o planejamento estratégico do Programa, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos, acompanhar e avaliar as atividades do Programa, articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais da Amazônia, das Organizações da Sociedade Civil e dos Doadores no Programa; analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro com vistas a garantir o desempenho e o alcance das metas do Programa, e convocar o PCA.

(3) **Unidade de Coordenação do Programa - UCP** é a instância executiva instituída no Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do **Programa ARPA**, responsável pela comunicação entre o Comitê do Programa e os diversos executores, funcionando como Secretaria Executiva do Comitê para o Programa.

(4) **Manual Operacional do Programa ARPA - MOP** é o instrumento que estabelece as rotinas gerenciais, atividades e procedimentos do **Programa ARPA**, o qual deve ser observado por todos os parceiros.

(5) **Fundo de Transição - FT** é um mecanismo de financiamento de longo prazo e extingüível, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, que funcionará de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no MOP.

(6) **Comitê do Fundo de Transição - CFT** é a instância decisória do Fundo de Transição que tem por finalidade supervisionar o cumprimento do Módulo 2 do MOP, de forma a viabilizar que o FT cumpra com o seu Objetivo.

(7) **Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA** é considerado, no âmbito do **Programa ARPA**, como instância de consulta técnico-científica, composta por indivíduos com notório conhecimento sobre a dinâmica do

37

HPW





bioma Amazônico com as atribuições de avaliar propostas de adoção de novas UCs no Programa; avaliar metodologia de seleção de áreas, priorização da aplicação de recursos e monitoramento; aprovar propostas de criação submetidas à UCP para apoio pelo Programa; e analisar e sugerir melhorias ao processo de planejamento, execução e monitoramento do Programa.

(8) **Plano de Consolidação** é o documento que estabelece as metas anuais de cada Unidade de Conservação em relação aos Marcos Referenciais do **Programa ARPA**, visando a consolidação até 2020.

(9) **Comissão de Gestores - CG** é uma instância representativa dos gestores das Unidades de Conservação apoiadas pelo **Programa ARPA**, vinculada à UCP, com o papel de: assessorar e qualificar as atividades de operacionalização e coordenação do Programa, avaliar e recomendar ao Fórum Técnico alterações e emendas ao Módulo 1 do MOP, para que seja aprimorada a operacionalização do Programa; aprimorar a comunicação entre as UCs apoiadas pelo Programa; e avaliar relatórios de atividades do Programa.

(10) **Fórum Técnico** é a instância consultiva composta por um representante de cada Órgão Gestor, o Gestor do Fundo de Transição, Representante da Comissão de Gestores e UCP, sendo coordenado por esta última. Compete ao Fórum Técnico: acompanhar e monitorar avanços das UCs e demais componentes do **Programa ARPA** em relação às metas estabelecidas pelo CP, e o cumprimento das Condições de Desembolso, e sua execução físico-financeira pelas UCs; discutir e propor o ajuste de procedimentos relacionados à rotina operacional do Programa e seus documentos de base; e propor ao CP adequações de metodologias técnicas utilizadas para o alcance do Objetivo ARPA.

(11) **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO** é a associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua como gestor do Fundo de Transição do **Programa ARPA**, devendo atuar, em relação ao FT, de acordo com o estabelecido nos contratos de doação e, notadamente, com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP para desembolso e aplicação dos recursos do FT.

(12) **Unidade de Conservação - UC** é definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

(13) **Plano de Manejo** é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da sua área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

(14) **Plano Operativo - PO** é o documento detalhado contendo metas, atividades e cronogramas para execução do **Programa ARPA**.

(15) **Termo de Doação** é o documento legal mediante o qual, de acordo com este Acordo, o FUNBIO repassará ao ICMBIO e aos Estados os bens adquiridos para cada Unidade de Conservação.

*trw-*



*27/11/20*



(16) **Termo de Referência** é o documento que aponta a necessidade da realização de determinados estudos, levantamentos, avaliações ou atividades nas Unidades de Conservação a que se refere, especificando a qualificação necessária da consultoria para tal, bem como estabelecendo as tarefas a serem executadas, suas etapas, forma, cronograma e prazo de apresentação dos produtos a elas relativos.

(17) **Especificação Técnica** é o documento com a caracterização detalhada do bem a ser adquirido ou serviço a ser contratado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

**I - Compete ao ESTADO no âmbito das Unidades de Conservação Estaduais contempladas no Programa ARPA:**

- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Programa ARPA sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Programa ARPA sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Programa ARPA e necessidades de gestão das UCs;
- c) Elaborar estudos para a criação de UCs Estaduais, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa ARPA, e fornecer ao MMA a base cartográfica em formato digital das áreas propostas para apoio do Programa ARPA;
- d) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- e) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referenciais aplicáveis;
- f) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Programa ARPA, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme estabelecido no MOP;
- g) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- h) Implementar os Termos de Compromisso firmados com apoio do Programa Arpa;
- i) Elaborar o detalhamento dos Planos Operativos dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo CP;
- j) Fornecer as informações necessárias para que o FUNBIO possa executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo FUNBIO;
- k) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao FUNBIO e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Programa ARPA;
- l) Informar imediatamente ao FUNBIO toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo FUNBIO para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;
- m) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo

*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten signature in blue ink.*





FUNBIO, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à (s) UC (s) (quando necessário) ou a informações;

n) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo FUNBIO, avaliando seus resultados;

o) Adotar os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa;

p) Informar ao FUNBIO, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;

q) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Operativos;

r) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;

s) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);

t) Viabilizar a participação dos seus servidores lotados nas UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Programa ARPA;

u) Indicar, em cada UC apoiada pelo Programa ARPA, um servidor que será o ponto focal do Programa ARPA na UC;

v) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;

w) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;

x) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA; e

y) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.

z) Assinar, assim que recebido, o Termo de Doação dos bens doados em função da implementação do **Programa ARPA**, providenciar a publicação de seu extrato na imprensa oficial, bem como o envio de cópia da mesma ao **FUNBIO**, no prazo de 5 dias corridos, providenciar a imediata incorporação dos referidos bens ao patrimônio do donatário e ainda zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos com recursos do Programa e doados pelo **FUNBIO**, mediante o referido termo de doação modal;

aa) Adotar as medidas necessárias para o cumprimento das condições de desembolso que lhe competem conforme estabelecido no MOP Anexo 2.





**II - Compete ao FUNBIO, no âmbito das Unidades de Conservação Estaduais contempladas no Programa ARPA:**

a) Adquirir em seu nome, com recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, e doar ao Estado, mediante Termo de Doação, os bens necessários para a implementação dos Planos Operativos, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA.

b) Contratar em seu nome, com os recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, ações previamente definidas nos Planos Operativos, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;

c) Apoiar com os recursos que lhe forem doados, observados os procedimentos de desembolso e aplicação dos recursos do FT estabelecidos no MOP, a implementação, dos gastos previamente definidos nos Planos Operativos em conformidade com o estabelecido nos cronogramas de desembolso e aprovados pelo Comitê do Programa, conforme as regras estabelecidas nos contratos de doação firmados entre o FUNBIO e os doadores, e a legislação brasileira, observados os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;

d) Atuar como gestor do Fundo de Transição, em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP;

e) Implementar as decisões do Comitê do Programa, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno ou seu *modus operandi*;

f) Disponibilizar e apresentar sempre que solicitado informações relativas à execução das atividades sob sua responsabilidade conforme estabelecido no Manual Operacional do Programa ARPA;

g) Adotar os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;

**Parágrafo Primeiro** - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

**Parágrafo Segundo** - O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer entidade executora fora do âmbito do Programa ARPA.

**Parágrafo Terceiro** - O FUNBIO poderá pedir esclarecimentos sobre as minutas dos Termos de Referência elaborados pelo ESTADO, bem como solicitar as alterações que se façam necessárias para adequada contratação dos serviços previstos no Plano Operativo - PO.





**III - Compete ao MMA, como interveniente deste Acordo:**

- a) Coordenar a execução do **Programa ARPA**;
- b) Examinar, avaliar, e emitir pareceres sobre os POs enviados pelos Estados para aprovação do Comitê do Programa;
- c) Cumprir com todas suas obrigações previstas no Manual Operacional do **Programa ARPA**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS BENS**

Os bens adquiridos pelo **FUNBIO**, com os recursos do **Programa ARPA**, serão objeto de Termo de Doação a ser celebrado com o **ESTADO**, no qual constará descrição detalhada do bem e será estabelecida expressamente a sua vinculação ao Programa, sendo vedada a sua utilização para fins diversos daqueles constantes do Termo de Doação, mesmo depois do término da vigência deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os bens doados pelo **FUNBIO** ao **ESTADO** serão, mediante as eventuais necessárias providências do **ESTADO** quanto a procedimentos administrativos, imediatamente incorporados ao patrimônio deste.

**Parágrafo Segundo** - Aos bens adquiridos pelo **FUNBIO**, com recurso dos doadores, e doados ao **ESTADO**, deverão ser apostos placas ou adesivos, conforme o caso, localizados em local de fácil visualização, contendo o logotipo do **ARPA** e, quando cabível, a barra de parceiros vigente, com os seguintes dizeres "Acordo de Cooperação – Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA".

**Parágrafo Terceiro** - O não cumprimento por parte do **ESTADO** de quaisquer das condições relativas à doação dos bens irá determinar a imediata devolução dos bens ao **FUNBIO**, no mesmo estado de conservação em que se encontravam no momento da doação, sem prejuízo de indenização por eventuais perdas e danos.

**Parágrafo Quarto** - O **ESTADO**, sempre que solicitado pelo **FUNBIO**, deverá demonstrar o cumprimento das condições relativas à doação dos bens.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS**

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes, sendo que cada partícipe deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, entre elas, recursos oriundos dos Fundos Estaduais de Meio Ambiente, para incremento das áreas protegidas estaduais contempladas pelo **Programa ARPA**.





## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 05 (cinco) anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 5º do Decreto 8.726 de 27 de abril de 2016.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo Primeiro** – Em caso de rescisão ou denúncia, na forma prevista nesta Cláusula, serão imputadas a cada Partícipe as responsabilidades e obrigações referentes ao prazo que tenha vigido o presente Acordo de Cooperação, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**Parágrafo Segundo** – Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO**

Este Acordo de Cooperação, bem como seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os partícipes, durante sua vigência mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas em decorrência da operacionalização deste instrumento serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS**

A propriedade dos resultados técnicos, e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos realizados no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos aos partícipes durante a vigência do presente Acordo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE**

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela

27

for





não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, observando-se as normas previstas no Manual Operacional do **Programa ARPA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste Acordo e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento deverá sempre constar a logomarca do Programa, bem como a de todos os partícipes, conforme o Manual de Aplicação da Marca do **Programa ARPA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao **MMA** e ao **ESTADO** providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação, em extrato, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do **ESTADO** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993, observados os artigos 20, parágrafo único, e artigo 38 da Lei 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O **MMA** promoverá o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, conforme o artigo 60 e 61 da Lei 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Caberá ao **FUNBIO** apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto, conforme previsto no artigo 59 do decreto nº 8.726/16, e conforme forma, metodologia e prazos a serem definidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE ACORDO**

O Manual Operacional da fase III do **Programa ARPA** - MOP<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> <http://programaarpa.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/MOP-ARPA-FASE-III-outubro.pdf>





## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, as partes concordam preliminarmente em solucioná-las administrativamente.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em três vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

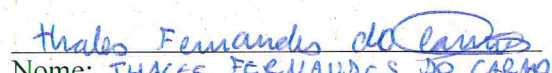
Macapá/AP, 23 de maio de 2018.

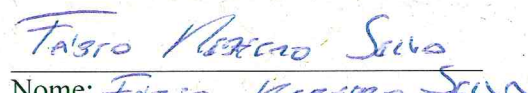
  
BERNARDINO NOGUEIRA DOS SANTOS  
Secretário de Estado do Meio Ambiente

  
ROSA MARIA LEMOS DE SÁ  
Secretária Geral do FUNBIO

  
JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA  
Secretário de Biodiversidade

TESTEMUNHAS:

  
Nome: THALES FERNANDES DO CARMO  
CPF: 124.298.947-18

  
Nome: FABIO ROBERTO SILVA  
CPF: 501.509.012-68



# PLANO DE TRABALHO

## 1- DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade Proponente <b>Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO</b>			CNPJ <b>03.537.443/0001-04</b>
Endereço Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo			
Cidade Rio de Janeiro	UF RJ	CEP 22.270-014	DDD / Telefone 21 21235300
Nome do Responsável <b>Rosa Maria Lemos de Sá</b>			CPF <b>317.697.566-04</b>
CI / Órgão Exp. M-750.784 SSP/MG	Cargo Secretária-Geral	Função – Representante L.	Matrícula
Endereço Av. Atlântica nº 778, apto. 1102, Leme, Rio de Janeiro/RJ			CEP 22.010-000
Órgão / Entidade Concedente <b>Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá</b>			CNPJ 00.394.577.0001/25
Endereço Avenida Mendonça Furtado, 53 - Centro			
Cidade Macapá	UF AP	CEP 68900-060	DDD / Telefone 96 3212-5301/3212 5375
Nome do Responsável <b>Bernardino Nogueira dos Santos</b>			CPF <b>302.212.502-04</b>
CI / Órgão Exp. 019.954/ SSP- AP	Cargo Secretário de Estado do Meio Ambiente	Função Secretário de Estado	Matrícula
Endereço Avenida Ruy Barbosa, 3013, Bairro Paraíso, Santana/AP			CEP 68.928-018

## 2 – OUTROS PARTICÍPES

Nome <b>Ministério do Meio Ambiente</b>	CNPJ/CPF <b>37.115.375/0002-98</b>
Endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco b – 5º andar	CEP <b>70.068-900</b>





### 3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.	Período de Execução	
	2018	2022

#### Identificação do objeto:

Estabelecer cooperação técnica entre o **ESTADO DO AMAPÁ** e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade - **FUNBIO**, na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - **ARPA**, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA, no bioma Amazônia.

### JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) instituído pelo Decreto Presidencial nº 4.326 de 08 de agosto de 2002, revogado pelo Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015, tem como finalidade expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas do bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo dessa forma para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O Programa Arpa é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que promove o planejamento de metas, monitora e supervisiona a sua execução. A execução financeira do Arpa está a cargo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), enquanto a execução técnica é feita pelos órgãos gestores de unidades de conservação nas esferas federal e estadual. O Programa Arpa conta com recursos de doação de diferentes organizações, principalmente: o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial; o Instituto de Crédito para a Reconstrução (KfW), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), Ministério do Meio Ambiente Alemão (BMU), além da dotação orçamentária do Governo Brasileiro e de doações do setor empresarial privado.

Segundo o SNUC, a competência de implantação da Política Nacional de Unidades de Conservação no âmbito Estadual cabe ao Órgão Estadual de Meio Ambiente. Entre as ações da Política sob responsabilidade do Estado inclui-se a criação, consolidação e administração de Unidades de Conservação, em sua esfera de atuação.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa atende às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação, tendo a responsabilidade de firmar os acordos de doação.

Tendo em vista o Acordo de Cooperação que está sendo firmado entre o Estado e o Funbio com a interveniência da União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, no qual foram definidas as responsabilidades e obrigações entre as partes na implementação da Convenção da Diversidade Biológica no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia e a necessidade de continuidade na implementação a nível Estadual do Arpa, celebra-se Acordo entre o executor técnico Estadual e o executor financeiro.

27

plw





#### 4 – FASES DO TRABALHO CONJUNTO

1. Coordenação e execução de estudos prévios para a criação de Unidade de Conservação Estaduais de acordo com os critérios e polígonos prioritários estabelecidos pelo Programa ARPA;
2. Elaboração e encaminhamento dos Planos Operativos - **POs** das Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA à Unidade de Coordenação do Projeto-UCP-MMA;
3. Realização de Oficinas para elaboração do Plano Operativo – PO;
4. Realização de Reuniões para discussão técnica;
5. Preenchimento e validação das ferramentas de monitoramento;
6. Preenchimento e validação do Plano de trabalho e planejamento de insumos pelo **OG**;
7. Execução das ações/atividades previstas no PO;
8. Implementação do Plano de Trabalho.

APLW



22



5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)						
Meta	Especificação	Porcentagem do número de UC que atendem à meta por ano <sup>1</sup>				
		2018	2019	2020 <sup>2</sup>	2021	2022
1	Plano de manejo elaborado e revisado	100%	100%	100%	100%	100%
2	Conselho oficialmente constituído e em funcionamento	100%	100%	100%	100%	100%
3	Sinalização dos principais pontos de acesso às UCs ou manutenção e reforço da sinalização da UC em alinhamento com o Plano de Manejo	100%	100%	100%	100%	100%
4	Materialização dos limites da UC em pontos estratégicos (UC em grau II <sup>3</sup> )	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
5	Construção e assinatura dos Termos de Compromisso ou das Concessão de Direito Real de Uso (UC em grau II)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
6	Levantamento da situação fundiária e preparação para ações de regularização fundiária (UC em grau II)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
7	Plano de Proteção Implementado ou em alinhamento com o Plano de Manejo	100%	100%	100%	100%	100%
8	Aquisição de um conjunto básico de equipamentos para operacionalização da UC, ou de um conjunto de equipamentos necessários para fazer frente às ameaças e atividades mais avançadas de gestão	100%	100%	100%	100%	100%
9	Construção e manutenção de sede ou centro de convivência para as atividades de administração, alojamento e armazenamento de equipamentos	100%	100%	100%	100%	100%
10	Desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre desafios de manejo das UC (UC em grau II)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
11	Monitoramento de ao menos um indicador da biodiversidade, uso de recursos ou integridade da paisagem, ou implementação dos Protocolos de Monitoramento do Programa	0%	0%	100%	100%	100%
12	Manutenção das informações básicas do Cadastro Nacional de UC (CNUC) atualizadas	100%	100%	100%	100%	100%
13	Alocação orçamentária compatível com as necessidades de manutenção da UC e complementar à alocação do Programa	100%	100%	100%	100%	100%
14	Equipe gestora mínima para suas necessidades, localizada de forma a contribuir com o desempenho da unidade	100%	100%	100%	100%	100%

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade FUNBIO
Data <u>23 / 05 / 18</u> <i>[Assinatura]</i>	Data <u>23/05 / 18</u> <i>Rosamaria Lemos da S.</i>

<sup>1</sup> Vale ressaltar que considera-se apenas meta alcançada e não cenário de avanço/resultados intermediários.

<sup>2</sup> Considerando que até dez/2019 todas as UCs deverão ter atingido a consolidação adota-se 100% da meta atingida em 2020

<sup>3</sup> Grau I compreende os instrumentos básicos para a gestão, e grau II compreende os elementos para fazer frente a ameaças e pressões e realização de atividades adicionais.

*HPW*





# ANEXO 1 – EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO ARPA E STATUS DE CONSOLIDAÇÃO PARA A RDS DE IRATAPURU

ID CNUC	Unidade de Conservação	Grau	Planejado biênio (R\$)	Execução até set/17 (R\$)	% Execução	% de Consolidação
292	RDS de Iratapuru	I	703.865,07	114.230,22	16%	62,5

<b>Sinalização:</b> A UC possui sinalização nos principais pontos estratégicos e está sinalização é adequadamente mantida.					
Cenários Possíveis				Avanço	Meta
A UC não possui sinalização.				0	
Os principais pontos de acesso a UC que devem ser sinalizados já foram identificados.				15	
Os principais pontos de acesso da UC estão sinalizados.				30	Grau I
Os pontos estratégicos da UC estão sinalizados, conforme previsto no plano de manejo/gestão.				90	
A sinalização recebe manutenção regular.				100	Grau II
Observado	Planejado			Justificativa	
2017	2017	2018	2019	Entretanto, em alguns pontos onde foram colocadas placas, encontram-se em estado de deterioração; outras, por questão de vandalismo, foram furtadas.	
0	100	100	100		

<b>Proteção:</b> A UC desenvolve as atividades de proteção a partir de uma estratégia coerente e de forma integrada com os demais programas. Busca-se a melhoria na eficiência e na eficácia da proteção na unidade.					
Cenários Possíveis				Avanço	Meta
Não são executadas atividades de proteção.				0	
As atividades de proteção são realizadas de forma reativa, respondendo às denúncias, pressões ou ameaças.				30	
As atividades de proteção são realizadas de forma proativa – a partir de uma estratégia coerente (Plano de Proteção).				60	Grau I
A eficácia e a eficiência da proteção são monitoradas através de indicadores quantitativos.				90	Grau II
A eficácia e a eficiência da proteção são monitoradas e avaliadas sistematicamente, sendo as informações utilizadas no aprimoramento dos ciclos de planejamento e execução.				100	
Observado	Planejado			Justificativa	
2017	2017	2018	2019	Geralmente as denúncias atendidas concentram-se nas áreas de entorno da UC.	
30	60	90	90		

<b>Monitoramento:</b> A UC desenvolve um programa contínuo de monitoramento que gera informações necessárias para a sua gestão e para os esforços de conservação da biodiversidade.					
Cenários Possíveis				Avanço	Meta
Não existe monitoramento na UC.				0	
A UC utiliza informações provenientes de sistemas de monitoramento remoto para aprimorar sua gestão e identificou as prioridades para monitoramento in situ.				20	
A UC está estruturada para monitorar, in situ, indicadores socioambientais ou da biodiversidade.				75	
A UC monitora sistematicamente pelo menos um indicador socioambiental ou da biodiversidade.				100	Grau I e II
Um programa de monitoramento de indicadores socioambientais e da biodiversidade é implementado de forma integrada e contínua, gerando informações relevantes para a gestão da UC.				100	Grau I e II
Observado	Planejado			Justificativa	
2017	2017	2018	2019	Apesar de não existir monitoramento sistemático na UC, existem ações esporádicas visando atender as demandas recebidas.	
0	20	20	100		

tpw



REV



